



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

020. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

(CÓD. 021)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

“Encontrar nossa voz e _____, especialmente em atos de rebelião crítica e resistência, afastando o medo, continua sendo uma das formas mais poderosas de mudar vidas pelo pensamento e práticas feministas”. Nesta coletânea de ensaios, publicada originalmente em 1989 nos Estados Unidos – e que só agora chega aos leitores brasileiros –, bell hooks articula experiências íntimas _____ teorização feminina para incentivar homens e mulheres explorados, colonizados e oprimidos _____ romper silêncios e encontrar uma voz. A fala e a escuta de si, defende hooks, _____ o movimento em direção _____ posição de sujeitos – com isso, uma transformação significativa acontece tanto para o “eu” quanto para a sociedade.

(Cult, junho de 2019. Adaptado)

01. De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) usá-la ... a ... à ... expressa ... à
- (B) usar-lhe ... a ... a ... expressa ... a
- (C) usar ela ... à ... à ... expressam ... à
- (D) usá-la ... à ... a ... expressam ... à
- (E) usar ela ... a ... a ... expressam ... a

02. No texto, encontrar uma voz significa

- (A) fomentar o medo.
- (B) contestar o estrangeiro.
- (C) lutar por direitos.
- (D) enaltecer a opressão.
- (E) negar a subjetividade.

03. Nas expressões “continua a ser uma das formas mais poderosas **de** mudar vidas”, “publicada originalmente **em** 1989” e “**para** incentivar homens e mulheres”, as preposições destacadas encerram, correta e respectivamente, sentido de:

- (A) causa; tempo; causa.
- (B) finalidade; modo; causa.
- (C) causa; modo; finalidade.
- (D) modo; tempo; consequência.
- (E) finalidade; tempo; finalidade.

04. Leia a tira.



(Laerte, "Piratas do Tietê". Folha de S.Paulo, 14.08.2019. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Tem ... Prevêem ... prevíamos
- (B) Têm ... Preveem ... prevíamos
- (C) Tem ... Preveem ... prevíamos
- (D) Têm ... Prevêm ... prevíamos
- (E) Tem ... Prevêem ... prevíamos

Leia o texto para responder às questões de números **05 a 10**.

Professores do Brasil

Um estudo recente com o mesmo título desta coluna, lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas, traz novas luzes sobre a profissão de professor no país.

Há boas notícias: uma maior diversidade entre os mestres e um número maior de inscritos em cursos de formação inicial. Mas, por trás desses fatos alvissareiros, aparece um desafio.

Na verdade, o aumento nas inscrições não reflete maior prestígio da carreira, afinal só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.

Na publicação, ressalta-se que 46% das matrículas se deram na modalidade de ensino a distância, o que é claramente inadequado para uma profissão que exige intensa conexão com a prática.

Ora, as competências para esse trabalho dificilmente podem ser desenvolvidas em um curso a distância. Seria o mesmo que esperar que um médico aprendesse a operar pacientes em cursos puramente teóricos e online.

Muitos dos cursos oferecidos são por instituições privadas que não produzem pesquisas e contam com currículos dissociados da realidade da escola. Além disso, a oferta de licenciaturas noturnas, com carga horária diminuta, associada a um estágio tão curto quanto ritualístico, enfraquece a possibilidade de aprendizado efetivo.

Sabemos hoje que a qualidade do professor é o fator determinante para assegurar excelência com equidade, o que pode ter impactos não só nos próprios alunos como na melhoria da produtividade, há tanto tempo estagnada, e na diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Assim, investir em atratividade da carreira, com salários competitivos e acesso mais seletivo à profissão, aprimorar a formação que professores recebem no ensino superior, vinculando-a com a prática e associando-a aos achados das pesquisas recentes, é não apenas urgente mas também o caminho para a construção de um país mais justo e desenvolvido.

(Claudia Costin, "Professores do Brasil". Em: *Folha de S.Paulo*, 17.05.2019. Adaptado)

05. De acordo com o texto, o aumento de inscrições para os cursos de formação inicial de professores

- (A) decorre da atratividade da carreira, que já conta com salários mais competitivos e formas de acesso mais seletivas à profissão.
- (B) reflete o maior prestígio que a carreira docente vem obtendo nos últimos anos, sendo desejada pela maioria dos jovens brasileiros.
- (C) revela uma situação preocupante, já que houve uma quantidade expressiva de matrículas na modalidade de ensino a distância.
- (D) ocorre graças à possibilidade de se desenvolverem no ambiente virtual competências antes restritas às aulas presenciais.
- (E) sugere que as instituições de ensino a distância têm mudado seu perfil, avançando na produção de pesquisas para conhecer a escola.

06. Considere as passagens:

- Mas, por trás desses fatos **alvissareiros**, aparece um desafio. (2º parágrafo)
- ... e contam com currículos **dissociados** da realidade da escola. (6º parágrafo)
- ... é o fator determinante para assegurar excelência com **equidade**... (7º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) contundentes; relacionados; justiça.
- (B) renovadores; apartados; compromisso.
- (C) auspiciosos; diferenciados; orgulho.
- (D) promissores; distanciados; imparcialidade.
- (E) reveladores; congregados; intencionalidade.

07. Assinale a alternativa em que há termo(s) empregado(s) em linguagem figurada.

- (A) Um estudo recente [...], lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas, traz novas luzes sobre a profissão de professor no país.
- (B) Há boas notícias: uma maior diversidade entre os mestres e um número maior de inscritos em cursos de formação inicial.
- (C) ... afinal só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.
- (D) Na publicação, ressalta-se que 46% das matrículas se deram na modalidade de ensino a distância...
- (E) Ora, as competências para esse trabalho dificilmente podem ser desenvolvidas em um curso a distância.

08. Quanto aos aspectos de regência, está de acordo com a norma-padrão o seguinte enunciado:

- (A) De acordo com o estudo, só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem aspirar na docência na educação básica.
- (B) Hoje temos certeza que a qualidade do professor é decisiva em assegurar excelência com equidade.
- (C) A modalidade de ensino a distância não é capaz em ofertar de uma profissão que exige intensa conexão sob a prática.
- (D) Para se construir um país mais justo, é urgente dedicar-se à formação dos professores que chegam ao ensino superior.
- (E) Na publicação, enfatizou-se em que 46% das matrículas foram na modalidade de ensino a distância.

09. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de pontuação.

- (A) Sabe-se, nos dias de hoje, a importância que tem o investimento em educação: de um lado, impacto nos próprios alunos; de outro, impacto na melhoria da produtividade.
- (B) Sabe-se nos dias de hoje, a importância, que tem o investimento em educação. De um lado impacto nos próprios alunos; de outro impacto na melhoria da produtividade.
- (C) Sabe-se, nos dias de hoje a importância que tem, o investimento em educação – de um lado, impacto nos próprios alunos, de outro, impacto na melhoria da produtividade.
- (D) Sabe-se, nos dias de hoje, a importância, que tem o investimento, em educação! De um lado impacto, nos próprios alunos; de outro impacto, na melhoria da produtividade.
- (E) Sabe-se nos dias de hoje a importância que, tem o investimento, em educação: de um lado; impacto nos próprios alunos; de outro; impacto na melhoria da produtividade!

10. Considerando-se os aspectos de concordância verbal e colocação pronominal, assinale a alternativa que atende à norma-padrão.

- (A) Se traz boas notícias sobre a profissão de professor no Brasil com o estudo recente lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas.
- (B) Hoje sabe-se que a qualidade do professor é fator determinante para assegurar excelência com equidade, com a qual podem haver vários impactos sociais.
- (C) A Unesco e a Fundação Carlos Chagas lançou um estudo com o qual conclui-se que só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.
- (D) A construção de um país mais justo e desenvolvido exigem que faça-se investimento em atratividade da carreira docente, com salários competitivos.
- (E) Muitos dos cursos são oferecidos por instituições privadas em que não se produzem pesquisas, além de seus currículos serem dissociados da realidade da escola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Assinale a alternativa correta sobre a ação declaratória de constitucionalidade.

- (A) É obrigatória a intervenção do Advogado Geral da União no seu processo.
- (B) Tem por objeto manter preservada a constitucionalidade do ato normativo.
- (C) Quanto aos efeitos, produz eficácia contra todos com efeito não vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (D) Não se faz mister a prévia audiência do Procurador Geral da República.
- (E) É prescindível a competência para processar e julgar do Supremo Tribunal Federal.

12. José teve o seu nome inserido no cadastro de inadimplente do SERASA pelo Banco XPTO. À época da negativação, foi informado pelo órgão de proteção ao crédito das anotações, através do envio de “comunicado”. Posteriormente, José ingressou com diversas ações de desconstituição de dívida, contra o Banco XPTO, o qual alega, em suas contestações, que o cliente não prova o alegado, tendo em vista que somente juntou o “comunicado” do SERASA, sem apresentar o extrato fornecido pelo órgão com as anotações. Então, José requereu oficialmente ao SERASA, o seu “*histórico de restrições retroativas*”. Em resposta à solicitação do consumidor, o SERASA enviou ofício informando que “*somente presta informações sobre anotações que constem no seu banco de dados cadastrais, no momento da consulta, para o CPF/CNPJ consultado (...), exceto em casos de ofício judicial que determine a exibição de histórico das anotações em nossa base de dados.*”. Assim, para ver assegurado o seu direito de acessar as informações contidas no banco de dados do SERASA, nos últimos cinco anos, visto que o próprio SERASA informa que somente por meio de determinação judicial presta tais informações, não resta outra alternativa a José senão recorrer ao remédio constitucional

- (A) do mandado de segurança.
- (B) da prestação de informações.
- (C) do mandado de injunção.
- (D) da ação popular.
- (E) do habeas data.

- 13.** Quanto à Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais, assinale a alternativa correta.
- (A) Enquanto não houver lei a disciplinar norma de eficácia limitada, esta poderá ocorrer de forma plena.
 - (B) Na norma de eficácia contida é impossível o seu exercício enquanto não houver a sua regulamentação.
 - (C) As normas constitucionais de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade direta e imediata.
 - (D) O legislador não pode restringir a eficácia das normas constitucionais de eficácia contida.
 - (E) As normas constitucionais de eficácia contida só podem produzir efeitos a partir da interferência do legislador ordinário.
- 14.** Sobre a repartição das competências para legislar, a Constituição Federal de 1988 estabelece que
- (A) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
 - (B) União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem legislar sobre sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.
 - (C) é competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.
 - (D) é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
 - (E) União, Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
- 15.** No que se refere à remuneração dos parlamentares integrantes do Poder Legislativo Federal, de acordo com a Constituição Federal, o valor do subsídio
- (A) é o mesmo para deputados federais e senadores.
 - (B) dos deputados corresponde a 90,25% da remuneração do ministro do STF.
 - (C) dos senadores não pode extrapolar o salário do governador do Estado que representam.
 - (D) dos deputados federais e senadores corresponde a 95% da remuneração do ministro do STF.
 - (E) dos deputados federais e senadores corresponde a 90,25% da remuneração do Presidente da República.
- 16.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O controle interno da Câmara Municipal será exercido pelos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - (B) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - (C) As contas dos Municípios ficarão, durante cento e vinte dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
 - (D) É legítima a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (E) A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais apenas é permitida nas Capitais.
- 17.** Quanto às limitações ao poder de reforma constitucional, é correto afirmar que
- (A) não se procederá à reforma da Constituição na vigência de estado de sítio, porém, emendas são permitidas na vigência de intervenção federal.
 - (B) o poder de reforma pode atingir qualquer dispositivo da Constituição.
 - (C) a forma republicana não está entre as cláusulas intangíveis por via de emenda constitucional.
 - (D) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
 - (E) a capacidade de autogoverno não integra o núcleo imodificável por emenda.
- 18.** No Brasil da atualidade, os direitos fundamentais são
- (A) normas de valor supraconstitucionais.
 - (B) direitos que nascem e se fundamentam no princípio da soberania popular.
 - (C) normas de eficácia plena e de aplicabilidade direta.
 - (D) normas que podem ter conteúdo econômico-patrimonial.
 - (E) não podem ser veiculados por meio de tratados e convenções internacionais.

19. Pedro Palermo, brasileiro nato, pretende exercer sua capacidade eleitoral passiva. Ao investigar sobre as condições de elegibilidade descobre que, além do pleno exercício dos direitos políticos, do alistamento eleitoral, do domicílio eleitoral na circunscrição e da filiação partidária, necessita ter completado a idade mínima de
- (A) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Deputado.
 - (B) vinte e oito anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
 - (C) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito.
 - (D) vinte e um anos para Vereador.
 - (E) vinte e um anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
20. A constituição Federal em vigor, no título da ordem social, no capítulo que trata da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, dispõe sobre o direito à proteção especial que
- (A) abrangerá idade mínima de treze anos para admissão ao trabalho.
 - (B) abrangerá garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.
 - (C) poderá facultar formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e, eventual, defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
 - (D) abrangerá obediência aos princípios da desaceleração, especialidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
 - (E) facilitará estímulo do Poder Privado, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
21. A Constituição Federal, no título da Ordem Econômica e Financeira, explicita entre os Princípios Gerais da Atividade Econômica
- (A) a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
 - (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (C) tratamento favorecido para as empresas de médio e pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
 - (D) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, como regra.
 - (E) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
22. Joel Jonas, ocupante de cargo público, ao avaliar a possibilidade de concorrer a mandato eletivo, descobre que
- (A) não precisa se afastar do cargo para o exercício do mandato de deputado estadual.
 - (B) o exercício do mandato de prefeito exige o afastamento do cargo, sendo obrigatória a opção pela remuneração do cargo de prefeito.
 - (C) é permitida a acumulação do mandato de vereador com o exercício de um cargo público, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (D) se por qualquer motivo se verificar a possibilidade de conflito de interesse entre a atividade político-eleitoral e a função pública, a autoridade deverá necessariamente requerer o seu afastamento do cargo.
 - (E) com prejuízo dos vencimentos, terá o prazo para se desincompatibilizar de 03 meses antes das eleições.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23. Suponha que o Chefe do Poder Executivo do Município de Birigui, após regular procedimento administrativo, expediu decreto de utilidade pública, com a finalidade de desapropriar imóvel particular para construir um aeródromo. O decreto explicitou o interesse público a ser satisfeito por meio da desapropriação do bem e indicou os recursos financeiros que seriam utilizados para o pagamento da respectiva indenização. Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que
- (A) a desapropriação se concretiza por meio da expedição do decreto de utilidade pública, que é suficiente para viabilizar a transferência da propriedade.
 - (B) se o proprietário do bem possuir débitos tributários relativos ao imóvel, o Município se sub-rogará na dívida existente, ainda que relacionada ao período anterior ao ato de desapropriação.
 - (C) se o ente desapropriante decidir construir um cemitério no lugar do aeródromo, estará caracterizado o desvio de finalidade e, conseqüentemente, a trespasseiração ilícita.
 - (D) a transferência da propriedade, caso a desapropriação se torne litigiosa, somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença e do pagamento da respectiva indenização.
 - (E) se o poder expropriante decretar a urgência, poderá requerer a imissão provisória na posse no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da data da mencionada declaração, devendo depositar judicialmente a indenização devida.

- 24.** Lúcio é servidor público recém empossado na Prefeitura de Birigui e ocupa cargo que tem como atribuição a coordenação de procedimentos de contratação de bens e serviços comuns. O setor de suprimentos de determinada secretaria solicitou ao setor de licitações a aquisição de café para consumo interno. Após concluir que o pregão constitui a modalidade de licitação adequada, Lúcio procura o setor jurídico da Pasta para obter maiores informações sobre as peculiaridades de tal procedimento. Com base na Lei nº 10.520/2002, é correto indicar a Lúcio que
- (A) é válida a exigência da garantia da proposta na licitação, mas não a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
 - (B) o prazo de validade das propostas deverá ser de 60 (sessenta) dias, se outro não for fixado no edital.
 - (C) se o licitante convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, ficará impedido de participar de licitação do Município pelo prazo de até 10 (dez) anos.
 - (D) no curso da sessão de recebimento das propostas, o autor de oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores deverão ser convocados a fazer novos lances verbais.
 - (E) declarado o vencedor da licitação, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das razões do recurso.
- 25.** A respeito do Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) previsto na Lei nº 13.019/14, assinale a alternativa correta.
- (A) A realização do PMIS é condição necessária para a realização de chamamento público para a contratação de entidade do terceiro setor.
 - (B) A realização do PMIS sucedida da escolha da melhor modelagem de contratação torna dispensável a realização de chamamento público para a celebração de parceria.
 - (C) A participação da entidade de organização da sociedade civil no PMIS e o consequente auxílio na elaboração do edital de chamamento não a impede de participar do certame.
 - (D) A participação de pessoas jurídicas no PMIS deve ser precedida da comprovação de prévia qualificação jurídica, técnica e financeira.
 - (E) Pode-se conceituar o PMIS como o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria, no qual se garanta a observância dos princípios constitucionais.
- 26.** João é proprietário de um imóvel no centro de uma cidade que, após procedimento administrativo, foi objeto de tombamento por órgão de preservação do patrimônio histórico municipal, dada as suas características arquitetônicas. Considerando a situação hipotética é correto afirmar que
- (A) o procedimento administrativo que resultou no tombamento do imóvel de João é nulo, pois a União detém a competência privativa para realizar tal modalidade de restrição à propriedade.
 - (B) a formalização do tombamento deverá ser precedida do pagamento de prévia e justa indenização em favor de João.
 - (C) a indenização devida à João poderá ser paga em títulos da dívida pública com resgate em até 10 (dez) anos.
 - (D) o ato de tombamento afeta o direito de disposição do imóvel, devendo João conceder o direito de preferência ao Município antes de realizar a alienação do bem.
 - (E) o imóvel vizinho ao de João não poderá passar por construção que impossibilite ou diminua a visibilidade do bem tombado.
- 27.** Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Concessão e Permissão de Serviço Público (Lei nº 8.987/95).
- (A) A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.
 - (B) A transferência de concessão sem prévia anuência do poder concedente não implicará na caducidade do contrato.
 - (C) No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, mas não aos dados financeiros da concessionária.
 - (D) A declaração de caducidade ocorre mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
 - (E) O licitante vencedor deverá celebrar o contrato de concessão com a Administração, sendo vedada a constituição de sociedade de propósito específico.

- 28.** Marcos ocupa a função de direção de órgão que possui por finalidade julgar recursos relativos a aplicação de penalidades e, para otimizar o funcionamento da unidade em que trabalha, deseja delegar o poder de decisão dos recursos relativos a sanções de menor valor. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que
- (A) Marcos poderá delegar a decisão do recurso administrativo a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.
 - (B) Marcos poderá delegar a decisão do recurso administrativo, desde que previamente publique o ato de delegação na imprensa oficial.
 - (C) Marcos poderá delegar a decisão do recurso administrativo se a análise do recurso não envolver matérias de sua competência exclusiva.
 - (D) Marcos não poderá delegar a decisão de recurso administrativo, mas poderia delegar a edição de atos de caráter normativo.
 - (E) Marcos não poderá delegar a decisão de recurso administrativo.
- 29.** João é servidor público do Município de Birigui e atendendo ao pedido de Maria, sua sobrinha, permitiu a utilização de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao ente federativo municipal em obra realizada em sua residência. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso o Município proponha ação por improbidade administrativa em face de João, as partes poderão propor acordo ou transacionar até a prolação da sentença.
 - (B) À Maria aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público, João.
 - (C) Se não houver dano ao erário, não será possível a condenação de João por ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito.
 - (D) Comprovada a prática do ato de improbidade administrativa, é dever do juiz aplicar cumulativamente as penas previstas na Lei nº 8.429/1992.
 - (E) Caso o Ministério Público proponha ação civil pública de improbidade administrativa em face de João, Maria deverá obrigatoriamente também figurar como ré, pois se trata de hipótese de litisconsórcio passivo necessário unitário.
- 30.** A respeito da licitação, com base na Lei nº 8.666/1993 e na legislação esparsa, assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei prevê cinco modalidades de licitação, que poderão ser combinadas sempre que necessário ao atendimento do interesse público.
 - (B) O legislador local pode criar modalidade de licitação diversa da prevista na legislação federal, dado que a competência para regular tal matéria está compreendida na esfera da autonomia do ente federativo.
 - (C) O Administrador, independentemente das particularidades do objeto, poderá utilizar qualquer modalidade de licitação prevista na legislação, desde que o faça de maneira motivada.
 - (D) Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
 - (E) É inexigível o procedimento licitatório quando a licitação anterior for deserta e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- 31.** A respeito da responsabilidade das pessoas jurídicas, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 12.846/2013.
- (A) A celebração do acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
 - (B) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
 - (C) Importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada, tendo em vista o princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - (D) A responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
 - (E) Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

32. Suponha que há em um dos bairros de Birigui um imóvel de propriedade do município que é utilizado como centro administrativo, mas o Poder Executivo deseja aliená-lo e subsequentemente construir um edifício mais moderno em uma região estratégica para o desenvolvimento da cidade. Considerando a situação hipotética é correto afirmar que
- (A) o imóvel é classificado como bem de uso comum e não pode ser alienado.
 - (B) o imóvel é classificado como bem dominical e pode ser alienado.
 - (C) o imóvel somente poderá ser alienado se for demonstrado que ele não atende a sua função social.
 - (D) o imóvel poderá ser alienado após a desafetação e realizada a autorização legislativa.
 - (E) a alienação do imóvel, como de qualquer bem público, deve necessariamente ser precedida de licitação.
33. A respeito dos consórcios públicos, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 11.107/2005.
- (A) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração prescinde da prévia subscrição de protocolo de intenções.
 - (B) Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, não poderão ceder-lhe servidores.
 - (C) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
 - (D) É possível a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.
 - (E) Os consórcios públicos tem como resultado a constituição de uma pessoa jurídica, que deverá ser dotada de personalidade jurídica de direito público.
34. Sobre a responsabilidade extracontratual do Estado, é correto afirmar que
- (A) possui a mesma natureza da responsabilidade contratual, respondendo o Estado em ambos os casos de forma objetiva.
 - (B) a responsabilização civil do Estado por danos materiais abrange os danos emergentes, mas não os lucros cessantes.
 - (C) o Estado pode ser compelido a promover a publicação de notícias com o fim de desfazer as implicações negativas provocadas por ofensas.
 - (D) o Estado, caso o dano seja causado por agente público a título doloso, tem a faculdade de ajuizar a respectiva ação regressiva.
 - (E) independentemente da conduta do Estado ser omissiva ou comissiva, com base na teoria do risco integral, a sua responsabilidade será objetiva.
35. Alguém retém consigo a coisa, exercendo controle sobre ela em nome de outrem, a quem esteja subordinado por relação de dependência. Esse indivíduo será
- (A) Servidor.
 - (B) Proprietário.
 - (C) Detentor.
 - (D) Usufrutuário.
 - (E) Possuidor.
36. João alugou um imóvel residencial e nele fez benfeitorias. Pretendendo desocupar o imóvel, lembrou-se que no contrato de locação firmado constou cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção, portanto, é correto afirmar que
- (A) é válida a cláusula e João não será indenizado.
 - (B) haverá indenização se se tratar de benfeitorias úteis.
 - (C) haverá indenização se se tratar de benfeitorias necessárias.
 - (D) como possuidor de boa-fé, qualquer benfeitoria será indenizada.
 - (E) somente se foram feitas com autorização haverá indenização.
37. Quanto ao dano moral e à pessoa jurídica, indique a alternativa correta.
- (A) A pessoa jurídica não é sujeito de dano moral objetivo.
 - (B) O dano moral sofrido por pessoa jurídica não é *in re ipsa*.
 - (C) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral social.
 - (D) A honra subjetiva da pessoa jurídica pode ser maculada por um dano moral.
 - (E) Não se reconhece o duplo pedido de dano moral e material à pessoa jurídica.

- 38.** Felipe pagou a André valor superior ao que era devido, nesse caso, para que Felipe possa pedir o que pagou a mais, indique a alternativa correta.
- (A) É possível repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, pois o valor é devido.
 - (B) Desde que haja prova do enriquecimento indevido de André, é possível repetir o que pagou a mais.
 - (C) Caberá a restituição por enriquecimento, mesmo que haja outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
 - (D) Não importa a origem do débito, haverá o direito de repetir o que se pagou a maior.
 - (E) A Felipe incumbe a prova de ter feito por erro o pagamento indevido, obrigando a André a restituir.
- 39.** Para proteger o idoso, inclusive no seio familiar, vigora no Brasil legislações específicas, uma vez que são consideradas pessoas vulneráveis, diante deste fato, assinale a alternativa correta.
- (A) A obrigação alimentar é indivisível, podendo o idoso optar entre os prestadores quem será o alimentante.
 - (B) É necessário demandar todos os filhos numa ação de alimentos, porque esses são os únicos obrigados a prestá-los.
 - (C) As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público.
 - (D) Os filhos não estão obrigados a prestar alimentos se o idoso possuir qualquer tipo de renda.
 - (E) Os alimentos deverão ser homologados por ato judicial para que possam ter a natureza de título de crédito.
- 40.** João comprou um carro de José, mas não efetuou sua transferência nos órgãos de controle, porém o dirigia normalmente e colidiu com outro veículo, causando-lhe danos de grande monta. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas João é responsável pelo dano.
 - (B) Apenas José é responsável pelo dano.
 - (C) José será responsável caso João não tenha como reparar o dano.
 - (D) João e José são responsáveis pelo dano.
 - (E) Nem João e nem José são responsáveis.
- 41.** Considerando a legislação e a jurisprudência que regula condomínios e o direito de possuir um animal de estimação, assinale a alternativa correta.
- (A) O impedimento de criar animais em partes exclusivas não se justifica por questões de segurança, da higiene, da saúde e do sossego.
 - (B) É ilegítima a restrição genérica contida em convenção condominial que proíbe a criação e guarda de animais de quaisquer espécies em unidades autônomas.
 - (C) Se a convenção proíbe a criação e a guarda de animais de quaisquer espécies, a restrição é válida para animais de grande porte.
 - (D) Em razão do exercício do direito de propriedade, o condômino pode possuir qualquer tipo de animal, desde que compatível com a moradia.
 - (E) Por ser próprio de um animal, não é possível restringir a presença sob a alegação de perturbação ao sossego.
- 42.** Se o comprador permanece na posse do bem imóvel, no caso de rescisão do contrato de promessa de compra e venda, até que efetivamente o devolva, é possível afirmar que
- (A) na intermediação imobiliária, não é válida a cláusula contratual que crie encargos ao comprador por inadimplência.
 - (B) enseja o pagamento de aluguéis pelo tempo de permanência, apenas se o contrato tenha sido rescindido por inadimplemento da compradora.
 - (C) eventual ressarcimento não é devido por força da determinação legal segundo a qual a ninguém é dado enriquecer sem causa à custa de outrem.
 - (D) o desfazimento do negócio jurídico de compra e venda do imóvel motiva o retorno das partes ao estado anterior, sem qualquer contraprestação.
 - (E) é devida a condenação ao pagamento de taxa de ocupação (aluguéis) pelo período em que o comprador permanecer na posse do bem imóvel.
- 43.** No tocante à doação universal, aponte a alternativa correta.
- (A) Mesmo os que não possuem herdeiros, não podem doar tudo o que têm.
 - (B) Podem ser revogadas por ingratidão, mesmo que não sejam remuneratórias.
 - (C) Caducará se, em três anos, a entidade a que se destina não estiver constituída regularmente.
 - (D) Valerá se o doador estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.
 - (E) A doação terá eficácia se houver declaração registrada em testamento de haver outros bens, mesmo não os tendo.

- 44.** Proprietário de um imóvel pretende construir um aqueduto no terreno de seu vizinho, para receber águas provenientes de outro imóvel. Diante deste fato, aponte a alternativa correta.
- (A) Por proporcionar utilidade para o prédio dominante, não há necessidade de solicitar autorização do proprietário do terreno vizinho.
 - (B) Será autorizada a realização do aqueduto, desde que ele possa ser removido, rateadas entre os respectivos donos.
 - (C) Restringir-se-á o exercício dessa servidão, que serve às necessidades do prédio dominante, por agravar o encargo ao prédio serviente.
 - (D) O dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão, se se tratar do consumo de água potável.
 - (E) É possível a construção do aqueduto, desde que não existam outros meios de passagem de águas e haja o pagamento de indenização.
- 45.** O prazo para anulação de negócio jurídico firmado por menor de 14 anos em 12 de agosto de 2019, que completará 18 anos em 15 de março de 2024, termina em
- (A) 12 de agosto de 2022.
 - (B) 15 de março de 2023.
 - (C) 12 de agosto de 2023.
 - (D) 15 de março de 2024.
 - (E) 15 de março de 2026.
- 46.** A confissão é um meio de prova e quanto a ela é possível afirmar que
- (A) Não tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
 - (B) Se feita a confissão por um representante, ela é plenamente eficaz, comprovando-se a representação, ainda que genérica.
 - (C) A confissão é revogável e pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
 - (D) A recusa à confissão ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com testemunhas.
 - (E) Aquele que se nega a confessar, quando necessário, não poderá aproveitar-se de sua recusa.
- 47.** José apresentou uma petição inicial onde se limitou a requerer a antecipação de tutela em caráter antecedente para que seu plano de saúde fosse obrigado a custear uma cirurgia bariátrica (redução de estômago). O juiz deferiu o pedido de tutela de urgência. O réu, plano de saúde, não recorreu da decisão, mas apresentou contestação dentro do prazo do recurso se insurgindo contra a pretensão do autor.
- Pode-se corretamente afirmar que
- (A) a tutela de urgência sofreu o fenômeno da estabilização, tendo em vista a não apresentação de recurso, fazendo a decisão coisa julgada, passível de ser revista somente em ação rescisória.
 - (B) não ocorreu a estabilização, tendo em vista que a oposição inequívoca do réu por meio da contestação impede a estabilização.
 - (C) o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 5 (cinco) dias ou em outro prazo menor que o juiz fixar.
 - (D) em razão da não apresentação de recurso, a tutela antecipada é convertida em sentença de mérito e o autor não mais precisará aditar a inicial, devendo o processo ser extinto, fazendo coisa julgada a decisão proferida.
 - (E) o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 3 (três) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- 48.** Acerca da intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública, pode-se corretamente afirmar que
- (A) será pessoal e far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
 - (B) o Ministério Público somente pode ser intimado por meio de carga, podendo a Defensoria Pública e a Advocacia Pública ser intimadas por meio eletrônico ou remessa.
 - (C) a intimação pessoal deve ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.
 - (D) a intimação do Ministério Público somente deve ser realizada por meio de carga e remessa, e a da Defensoria e Advocacia Pública somente por meio eletrônico.
 - (E) devem ser intimados pessoalmente por meio de carga ou remessa, não sendo permitida a intimação pessoal por meio eletrônico.

49. Maria procurou um advogado para ajuizar demanda, visando à revisão de obrigação decorrente de empréstimo obtido junto à instituição financeira. O advogado

- (A) poderá propor a ação no foro de eleição, no domicílio da autora ou em outro foro que entender adequado ao autor para pleitear seus direitos.
- (B) poderá fazer pedido genérico postulando a revisão de todo o contrato, sendo que, após o deferimento do pedido, em liquidação por arbitramento, será quantificado o quanto deverá ser pago por Maria à instituição financeira.
- (C) deverá orientar Maria a suspender os pagamentos de todos os valores, mesmo os incontroversos, sob pena de configuração de renúncia tácita ao direito de pleitear a revisão contratual.
- (D) deverá atribuir à causa o valor correspondente ao valor do contrato de empréstimo, incluindo a parte controversa e incontroversa, limitada ao valor máximo de 12 prestações mensais.
- (E) deverá, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito que deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.

50. Caio ajuizou uma ação pretendendo obter a condenação de Tício ao pagamento de quantia constante de um cheque, emitido há mais de 30 anos, respaldado por uma confissão de dívida, datada de um mês atrás. Tício foi ao cartório e analisou pessoalmente os autos e pôde constatar que a confissão de dívida apresentada por Caio é falsa. O cheque, porém, foi realmente emitido por Tício. O advogado de Tício alegou falsidade do documento na contestação e requereu a produção de prova pericial, mas esqueceu de alegar a ocorrência de prescrição da dívida representada pelo cheque.

Sobre o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) A falsidade será resolvida como questão incidental, sendo vedado à parte requerer que o juiz a decida como questão principal.
- (B) O ônus da prova da falsidade documental será de quem produziu o documento, no caso, de Caio.
- (C) Não se procederá ao exame pericial se Caio concordar em retirar a confissão de dívida do processo.
- (D) Poderá ser reconhecida de ofício a prescrição pelo juiz independentemente de prévia manifestação das partes.
- (E) A não alegação da prescrição configura renúncia tácita, razão pela qual não poderá mais ser reconhecida pelo juiz.

51. Pedro recebeu uma intimação para cumprimento de sentença que o condenou a pagar quantia certa. A sentença que o condenou a pagar o valor já transitou em julgado há mais de dois anos. Entretanto, neste presente ano, a lei que fundamentou a condenação de Pedro foi declarada inconstitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em controle de constitucionalidade difuso.

Pode-se corretamente afirmar que

- (A) nada poderá ser feito, tendo em vista a coisa soberanamente julgada, devendo Pedro cumprir a decisão judicial, sob pena de se sujeitar a ter seus bens penhorados.
- (B) poderá Pedro apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, tendo em vista a inexigibilidade do título executivo fundado em norma inconstitucional.
- (C) a única alternativa seria a propositura de uma *querela nullitatis insanabilis*.
- (D) caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) em razão da inconstitucionalidade da lei que fundamentou sua condenação, poderá Pedro se recusar a cumprir o julgado, tendo em vista que nenhum ato contrário à Constituição tem validade perante o ordenamento jurídico.

52. Após o fim de um processo de execução contra a Fazenda Pública Municipal, Pedro se sagrou vencedor, obtendo a expedição a seu favor de um precatório no valor de R\$ 500.000,00, referente ao montante devido. A Fazenda Pública Municipal também foi condenada a pagar o valor de R\$ 25.000,00 de honorários advocatícios. Entretanto, Pedro era devedor da Municipalidade no valor de R\$ 100.000,00 referentes a tributos e estava com seus bens penhorados na execução fiscal. Em razão disso, requereu ao Presidente do Tribunal de Justiça que emitisse o precatório no valor de apenas R\$ 400.000,00, pois iria compensar a dívida no processo de execução, bem como requereu que os valores referentes aos honorários advocatícios fossem pagos em dinheiro, por terem natureza alimentar. Os pedidos foram negados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Sobre o caso, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
- (B) os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório têm caráter jurisdicional.
- (C) o pagamento de crédito de natureza alimentícia dispensa a expedição de precatório.
- (D) entre a expedição do precatório e seu efetivo pagamento, mesmo dentro do prazo previsto na Constituição Federal, incidem juros de mora.
- (E) não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

53. A Municipalidade foi condenada em primeira instância por decisão de juiz singular. A decisão não observou tese jurídica fixada em incidente de resolução de demandas repetitivas julgado no Tribunal de Justiça ao qual o juiz encontra-se vinculado. A medida judicial especificamente prevista no Código de Processo Civil para o caso retratado e que deveria ser apresentada pela Municipalidade é:

- (A) reclamação.
- (B) embargo de divergência.
- (C) correição parcial.
- (D) apelação.
- (E) pedido de reconsideração.

54. Pode-se corretamente afirmar, sobre o recurso especial, segundo a Jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça que

- (A) é admissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.
- (B) não cabem embargos de divergência contra acórdão que, em agravo regimental, decide recurso especial.
- (C) cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.
- (D) cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.
- (E) não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.

55. Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, pode-se corretamente afirmar que

- (A) é de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de valor até 30 (trinta) salários mínimos.
- (B) não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Municípios.
- (C) no foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- (D) o juiz não poderá, nos Juizados Especiais da Fazenda, deferir providências cautelares e antecipatórias de ofício.
- (E) não podem atuar como réus, nos Juizados Especiais da Fazenda, empresas públicas e sociedades de economia mista.

56. O Ministério Público não tem legitimidade para

- (A) ajuizar ação civil pública em defesa de interesses e direitos individuais homogêneos pertencentes a consumidores decorrentes de contratos de cessão e concessão do uso de jazigos em cemitérios.
- (B) ajuizar ação civil pública com o fim de impedir a cobrança abusiva de mensalidades escolares.
- (C) propor ação civil pública, objetivando o fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos.
- (D) ajuizar ação civil pública para veicular pretensão que envolva contribuição previdenciária.
- (E) propor ação civil pública em defesa dos interesses de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS E DIREITO DO CONSUMIDOR

57. Joaquim foi a uma loja de departamentos para adquirir um televisor. Vendo as condições de preço e a taxa de juros, entendeu que tal compra seria bom negócio. Quando estava fazendo o crediário, o atendente da loja disse que não poderia autorizá-lo porque o nome de Joaquim constava, desde 2015, negativado no Banco de dados X. Joaquim, que desconhecia tal negativação, por nunca ter sido notificado de nada, dirigiu-se ao Banco de dados X e recebeu a informação de que não poderia ter acesso às informações lá constantes, salvo por uma decisão judicial.

Diante dos fatos, é correto afirmar que

- (A) a Loja de departamento não poderia negar o crédito, tendo em vista que a negativação só pode permanecer em nome de um devedor até três anos após a suposta constituição da dívida.
- (B) o banco de dados X acertou ao negar a informação, uma vez que trabalha recebendo informações de terceiros, e, somente com expressa autorização do juiz, teria a obrigação legal de informar quem negativou o nome de Joaquim.
- (C) os bancos de dados são entidades de caráter público e a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- (D) o banco de dados X, segundo súmula do STJ, deveria ter enviado, com aviso de recebimento, uma carta de comunicação prévia a Joaquim, avisando-lhe sobre a negativação de seus dados.
- (E) a atitude do banco de dados X configura-se, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, como uma infração exclusivamente administrativa, passível de aplicação de multa e em caso de reincidência, interrupção das atividades.

58. Sobre as súmulas do STJ que tratam acerca de planos de saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, qualquer que seja sua natureza.
- (B) A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas emergências ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 48 horas contado da data da contratação.
- (C) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- (D) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.
- (E) É abusiva a cláusula que estabelece tempo máximo de internação inferior há 30 dias coberto pelo plano de saúde.

59. Maria, necessitando fazer reparos em sua casa, faz um empréstimo bancário junto a instituição financeira XPTO, para tal fim. Após contrair dívida, verifica que a taxa de juros remuneratórios está acima da média do mercado e que o contrato não traz com clareza qual o valor dessas taxas e como tais cálculos seriam feitos mês a mês.

A respeito dessa situação, é correto afirmar que

- (A) por se tratar de relação de concessão de empréstimos, tendo legislação especial prevista pelo Sistema Financeiro Nacional, qualquer questionamento sobre tal contrato não terá incidência do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) caso seja analisado tal contrato em juízo e a cláusula de juros for declarada abusiva, tal fato se estenderá por todo o contrato e ele será inteiramente declarado nulo.
- (C) nesse tipo de contrato firmado por Maria, a multa de mora decorrente do inadimplemento de obrigações no seu termo poderá ser superior a dois por cento do valor da prestação, em razão da não aplicação do Código de Defesa do Consumidor a seus termos.
- (D) caso Maria opte por realizar a liquidação antecipada do débito, terá a redução integral de todos os juros e demais acréscimos contratados, sendo que tal redução só será proporcional, caso faça o adiantamento parcial dessa liquidação.
- (E) caso Maria ingresse com ação poderá ser revista a taxa de juros, pois na impossibilidade de comprovar por ausência de pactuação aplicar-se-á a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor.

60. A oferta vem protegida pela legislação consumerista. Sobre tal tema, é correto afirmar que

- (A) toda oferta será considerada uma publicidade, mas nem toda publicidade será caracterizada como uma oferta.
- (B) os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- (C) é permitida a publicidade de bens e serviços por telefone, mesmo quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
- (D) o fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (E) toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar, porém não integra o contrato que vier a ser celebrado.

61. Assinale a alternativa que traz a hipótese de prática abusiva conhecida como “venda casada”.

- (A) Parque de diversões que impede os clientes de ingressarem no estabelecimento trazendo consigo alimentos de fora para serem consumidos durante sua estadia no local, só podendo adquirir os alimentos lá vendidos, sob o argumento de que pretendem se resguardar de responsabilização, caso alguém sofra com o consumo de produtos dos quais desconhecem a origem.
- (B) Supermercados e padarias que dão balas e chicles de troco na falta de moedas, justificando que há falta desse tipo de forma de pagamento em razão de haver culturalmente a conduta de guardar moedas em “cofrinhos”.
- (C) Companhias aéreas que cobram multas exorbitantes para cancelar uma passagem adquirida pela internet, dentro do prazo de sete dias, frustrando o direito de arrependimento e de reembolso integral do consumidor que faz compras “fora do estabelecimento comercial”.
- (D) Estacionamentos privados que avisam, por meio de placas e impressos, que não são responsáveis pelos danos causados aos veículos ou pelos pertences neles deixados, mesmo que o estacionamento seja gratuito.
- (E) Empresas prestadoras de serviços públicos essenciais, como água, energia elétrica e telefonia, que, com respaldo em dispositivo contratual, incluem na conta, sem autorização expressa do consumidor, a cobrança de outros serviços.

62. É um instrumento, previsto no Código de Defesa do Consumidor, que pretende antecipar eventuais conflitos nas relações de consumo, regulando sua solução e estabelecendo condições para a sua composição. Entende-se como um meio de solução de conflitos coletivos, em que fornecedores e consumidores, por suas entidades representativas, estabelecem, de forma antecipada, condições para certos elementos da relação de consumo, que terão incidência nos contratos individuais que serão celebrados.

Esse é o conceito de

- (A) Termo de Ajustamento de Conduta.
- (B) Inquérito Civil.
- (C) Ajuste Interativo de Consumo.
- (D) Convenção Coletiva de Consumo.
- (E) Termo Conciliatório de Consumo.

63. Assinale a alternativa correta acerca do que prevê a Lei nº 12.016/09 que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.

- (A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (B) Será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- (C) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
- (D) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo após o despacho da petição inicial.
- (E) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente, mesmo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

64. Marcos possui 66 anos de idade e está internado em um hospital em estado de saúde grave, sendo que não consegue fazer qualquer atividade básica, como higiene pessoal e alimentação, senão por ajuda de terceiros. Segundo o Estatuto do Idoso, Marcos terá direito a um acompanhante, sendo que tal previsão encontra-se elencada na lei no capítulo dos direitos

- (A) à assistência social.
- (B) à vida.
- (C) da previdência social.
- (D) à saúde.
- (E) ao respeito e à dignidade.

65. A Lei nº 13.146/15 afirma que qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, é denominado barreira.

Assinale a alternativa que traz o conceito de barreira urbanística.

- (A) As existentes nos edifícios públicos e privados.
- (B) As existentes nos sistemas e meios de transportes.
- (C) Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- (D) As que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.
- (E) As existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

66. Assinale a alternativa que traz uma hipótese de atitude considerada pela Lei nº 12.651/12 como de baixo impacto ambiental.

- (A) Construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores.
- (B) As atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas.
- (C) A exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área.
- (D) As atividades de segurança nacional e proteção sanitária.
- (E) Atividades e obras de defesa civil.

67. Com relação à repartição constitucional de receitas tributárias, é correto afirmar que pertence aos municípios 50% do produto da arrecadação

- (A) do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (B) do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- (C) do imposto sobre produtos industrializados.
- (D) dos impostos residuais de competência da União.
- (E) da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre operações com combustíveis fósseis.

68. É matéria de Lei Complementar a

- (A) instituição pela União de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.
- (B) fixação de alíquotas máximas do imposto estadual sobre circulação de mercadorias nas operações internas para resolver conflito de interesse dos estados.
- (C) instituição pela União de empréstimos compulsórios.
- (D) instituição de isenções relativas ao imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza.
- (E) instituição pela União de impostos extraordinários.

69. É condição para o pleno gozo da imunidade tributária por entidade educacional, nos termos do Código Tributário Nacional, no caso de entidades privadas,

- (A) contribuir com 0,5% de sua receita líquida para o Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza.
- (B) não possuir investimentos em ativos financeiros mantidos para negociação, ainda que destinados à mera gestão do patrimônio institucional da entidade.
- (C) manter movimentação financeira centralizada em conta bancária aberta junto a instituição financeira oficial.
- (D) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, exceto a título de lucro ou participação no seu resultado.
- (E) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

70. A respeito dos limites constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que

- (A) o imposto territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- (B) é vedada à União a concessão de incentivos fiscais diversos entre as diferentes regiões do País.
- (C) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em nível inferior ao que fixar para suas obrigações.
- (D) o imposto sobre veículos automotores não incidirá sobre veículos licenciados para entidades privadas do setor de educação e saúde.
- (E) o imposto sobre serviços não incidirá sobre serviços importados do exterior.

71. A respeito das taxas em âmbito municipal, com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Os municípios têm ampla competência para instituir taxas, inclusive em decorrência de serviços públicos cuja competência cabe a outros entes da federação.
- (B) Têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização de serviço público específico e indivisível prestado ao contribuinte.
- (C) Podem ser calculadas em função do capital social das empresas.
- (D) Não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.
- (E) Não são possíveis de serem cobradas em caso de serviços públicos de utilização compulsória postos à disposição do contribuinte, mas por este não efetivamente utilizados.

72. A responsabilidade por infrações, segundo o Código Tributário Nacional, é pessoal ao agente

- (A) quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.
- (B) no caso do inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio, quando agir com culpa.
- (C) quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
- (D) no caso dos sócios, no caso de liquidação regular de sociedade de pessoas.
- (E) quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções ainda que no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.

73. Dona Zezé é aposentada e recebe benefício previdenciário equivalente a um salário mínimo. Após participar de uma rifa da sua igreja, Dona Zezé ganha um automóvel Ferrari, cujo valor anual a ser pago a título de imposto estadual sobre veículos automotores (IPVA) é de R\$ 20.000,00. Preocupada em magoar seus amigos da igreja, embora não possa pagar o imposto e as despesas de conservação do automóvel, Dona Zezé não vende o bem e acumula ao longo dos anos uma dívida tributária, com juros e multa, superior a R\$ 300.000,00. Cobrada judicialmente pela procuradoria, ela alega que sua condição de hipossuficiência a impede de arcar com essa dívida.

Diante do caso descrito e da legislação nacional, é correto afirmar que

- (A) o juiz poderá aplicar a equidade na interpretação da legislação tributária, de maneira a afastar totalmente a cobrança sofrida pela aposentada.
- (B) o juiz poderá aplicar o princípio da reserva do possível na interpretação da legislação tributária, de maneira a reduzir equitativamente o valor da cobrança à capacidade de pagamento da aposentada.
- (C) caso haja isenção de IPVA para veículos aéreos, o juiz poderia utilizar a analogia, de maneira a estender a aplicação da isenção para o caso da aposentada.
- (D) ainda que se trate de contribuinte em situação de hipossuficiência financeira, o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- (E) embora as regras de direito tributário exijam a cobrança neste caso, o juiz poderia utilizar os princípios gerais de direito público, no caso concreto, para reduzir o montante da dívida.

74. O conceito de fato gerador é central para o direito tributário. A respeito desse conceito, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional, que

- (A) a obrigação acessória decorre do fato gerador e tem por objeto as prestações positivas nela previstas no interesse do contribuinte.
- (B) se considera ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que estejam presentes as condições de fato.
- (C) é a situação de fato ou jurídica que faz surgir para o sujeito ativo o crédito tributário, pendente ou não de condição.
- (D) o fato gerador da contribuição social não poderá ser idêntico ao de imposto, exceto se de competência de ente diverso da federação.
- (E) o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

75. É correto afirmar sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública no Brasil que

- (A) à dívida ativa, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
- (B) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação judicial do ente público cabe à administração tributária municipal.
- (C) a dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (D) está sujeita ao regime constitucional de precatórios judiciais, em decorrência da impenhorabilidade dos bens públicos.
- (E) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência.

76. Quanto ao mandado de segurança no direito brasileiro, é correto afirmar, especialmente em matéria tributária, que

- (A) cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, quando resultarem no não pagamento de tributos de sua responsabilidade.
- (B) se equiparam à figura da autoridade coatora os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas no exercício de atribuições do poder público, mesmo em aspectos alheios a essas atribuições.
- (C) considerar-se-á municipal a autoridade coatora se o ato for praticado por dirigente de entidade municipal, ainda que as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União.
- (D) o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- (E) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato para o qual caiba recurso administrativo fiscal sem efeito suspensivo.

77. Independe da prévia constituição do crédito tributário o requerimento da medida cautelar fiscal quando o devedor

- (A) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- (B) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.
- (C) notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros.
- (D) possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido.
- (E) sem domicílio certo, intenta ausentar-se.

78. O Município X possui um enorme estoque de créditos tributários e não tributários a cobrar, inscritos em dívida ativa. Em razão do enorme volume de créditos, a Procuradoria do Município é obrigada a priorizar a cobrança judicial de modo a obter o maior resultado possível em cada ação.

Nesse contexto, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacional, sobre os meios alternativos de cobrança da dívida ativa municipal, que a Procuradoria poderá

- (A) fazer convênios com escritórios privados de advocacia para potencializar a cobrança judicial da dívida.
- (B) realizar o protesto das certidões de dívida ativa, que é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação, de modo a incentivar o recebimento dos créditos.
- (C) fazer a venda dos créditos a uma empresa de *factoring*, sem direito de regresso, mantidos os privilégios e garantias do crédito tributário.
- (D) estabelecer, por meio de portaria do Procurador Geral, procedimento de conciliação por meio do qual os procuradores poderão, por sua iniciativa, definir cronograma de parcelamento administrativo das dívidas.
- (E) divulgar em jornal de grande circulação lista de devedores da municipalidade, informando o valor da dívida em comparação ao patrimônio pessoal de cada devedor, de maneira a constranger eventuais devedores contumazes.

79. O “orçamento-programa” se caracteriza por:

- (A) ser prioritariamente um documento de previsão e autorização de despesas, focado na manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro.
- (B) ausência de compromisso na manutenção de ações orçamentárias de um exercício para outro, baseando-se em criteriosa análise da real necessidade de cada gasto em cada ano.
- (C) enfatizar o resultado dos gastos e não apenas o gasto em si, com ênfase no desempenho organizacional.
- (D) estabelecer objetivos e quantificar metas, com a resultante formalização de programas visando ao atingimento dessas metas e alcance dos objetivos.
- (E) colocar o cidadão como protagonista ativo da gestão pública, permitindo a participação direta do cidadão na escolha da alocação dos recursos públicos.

80. A Constituição Federal veda:

- (A) o início de programas ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa.
- (C) a instituição de fundos de qualquer natureza.
- (D) a desvinculação de parcela das receitas de taxas e contribuições de suas finalidades legais.
- (E) o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.

81. São classificadas como despesas correntes na categoria transferências correntes as dotações:

- (A) para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- (B) para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- (C) destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- (D) para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços.
- (E) para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

- 82.** Caso o Prefeito de determinado Município observe que a dotação orçamentária necessária para determinada ação é inexistente, deverá, antes de executar a ação:
- (A) abrir mediante decreto crédito adicional suplementar, independentemente de autorização legislativa, mas mediante indicação da existência de recursos disponíveis e apresentação de justificativa.
 - (B) abrir mediante decreto crédito adicional extraordinário, após prévia autorização legislativa, indicação da existência de recursos disponíveis e apresentação de justificativa.
 - (C) solicitar à Câmara de Vereadores que abra, mediante lei específica, crédito adicional suplementar.
 - (D) solicitar à Câmara de Vereadores que abra, mediante lei específica, crédito adicional especial, com a indicação da existência de recursos disponíveis e a apresentação de justificativa.
 - (E) abrir mediante decreto crédito adicional especial, após prévia autorização legislativa, indicação da existência de recursos disponíveis e apresentação de justificativa.
- 83.** O Plano Plurianual (PPA) é uma das peças orçamentárias mais importantes do sistema orçamentário brasileiro, sendo correto afirmar a respeito dele que:
- (A) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
 - (B) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (C) está expressamente prevista na Lei Geral de Orçamentos (Lei nº 4.320/1964), tendo recebido menor importância após a Constituição Federal de 1988 em comparação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, além de sobre normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
 - (E) deverá ser elaborado em consonância com os planos nacionais, regionais e setoriais e em conformidade com as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para os programas de duração continuada.
- 84.** A respeito do controle financeiro externo, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões dos tribunais de contas de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo, devendo se sujeitar à cobrança mediante prévia ação de conhecimento.
 - (B) os tribunais de contas encaminharão ao Congresso Nacional, quadrimestralmente, relatório de suas atividades, sob pena de ação de improbidade administrativa.
 - (C) comissão mista de senadores e deputados, diante de indícios de despesas não autorizadas, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.
 - (D) é facultada a criação de novos tribunais de contas municipais, além daqueles atualmente existentes, desde que criados por meio de aprovação de no mínimo $\frac{2}{3}$ (dois terços) das respectivas Câmaras de Vereadores.
 - (E) o controle externo, a cargo dos tribunais de contas, será exercido com o auxílio das casas legislativas, a quem cabe a análise dos atos do Poder Executivo quanto à legalidade, legitimidade, economicidade.
- 85.** O acúmulo de “restos a pagar” tem sido um problema nos últimos anos, potencializado pelo baixo crescimento da economia nacional e, conseqüentemente, da arrecadação dos entes públicos. Sobre o tema dos “restos a pagar”, é correto afirmar com base na legislação nacional que
- (A) se consideram “restos a pagar” as despesas empenhadas e pagas até o dia 31 de dezembro do exercício, distinguindo-se as processadas das não processadas.
 - (B) é vedado em qualquer hipótese ao titular do Poder Executivo, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele.
 - (C) os “restos a pagar” são resultado de décadas de descaso no pagamento de decisões judiciais proferidas contra o Poder Público, tendo a Constituição autorizado a moratória do pagamento do estoque dessa dívida em casos específicos.
 - (D) pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas, sendo as demais registradas como despesa do orçamento subsequente, em rubrica específica de “restos a pagar”.
 - (E) na determinação da disponibilidade de caixa, para fins de inscrição de despesas em restos a pagar no encerramento do mandato, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

86. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê algumas cautelas a serem tomadas pelo ente público na assunção de obrigações de caráter continuado, em razão dos seus possíveis impactos sobre o equilíbrio financeiro e orçamentário.

Sobre esse tipo de despesa, é correto afirmar com base na Lei Complementar nº 101/2000, que

- (A) são assim consideradas as despesas de capital derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (B) os atos que criarem deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentário no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- (C) não poderá ser implementada no último ano de mandato, sob pena de responsabilização nos termos da lei de improbidade administrativa, da leis que tratam dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos e da lei de crimes fiscais.
- (D) não se considera aumento de despesa de caráter continuado, não requerendo a aplicação das mesmas regras em relação à criação de nova despesa, a simples prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- (E) o reajustamento geral anual da remuneração de pessoal previsto na Constituição Federal submete-se aos mesmos requisitos de validade que as demais hipóteses de aumento da despesa obrigatória de caráter continuado.

87. Muitos municípios brasileiros dependem do recebimento de transferências voluntárias da União e dos Estados para o equilíbrio de suas contas. É requisito para o recebimento de transferências voluntárias, entre outros, com base na legislação:

- (A) a existência de dotação orçamentária específica.
- (B) a inexistência de desequilíbrio atuarial no regime de previdência dos servidores do Município, quando houver.
- (C) comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos em geral.
- (D) a existência de alinhamento político-partidário entre os dirigentes do ente beneficiário e do ente transferidor dos recursos.
- (E) disponibilidade prévia de caixa para a realização de eventuais gastos com contrapartidas municipais.

88. Equipara-se a operações de crédito e veda-se, segundo a Lei Complementar nº 101/2000:

- (A) recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, inclusive lucros e dividendos.
- (B) assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, exceto quando houver emissão, aceite ou aval de título de crédito.
- (C) captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- (D) assunção de obrigação, com autorização orçamentária, com fornecedores para o pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
- (E) pagamento antecipado de valores a empresa privada em decorrência do compromisso de posterior fornecimento de bens e serviços, mediante recebimento de garantias.

89. Há debate no Brasil a respeito de se parte da crise fiscal dos Estados e Municípios não se deve à concessão excessiva de benefícios fiscais.

A esse respeito, é correto afirmar com base na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que

- (A) as condições necessárias à implementação de renúncias de receitas previstas na LRF se aplicam inclusive ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- (B) se ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício fiscal decorrer da implementação de medida de compensação da renúncia de receitas, o benefício só entrará em vigor no exercício seguinte ao da aprovação do incentivo.
- (C) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.
- (D) a renúncia de receitas compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (E) o ato que conceder o incentivo fiscal deverá necessariamente estar acompanhado de medidas de compensação, durante toda a vigência do benefício, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

90. É correto afirmar com relação ao tratamento dado pela Lei Complementar nº 101/2000 aos precatórios judiciais que

- (A) os precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- (B) são considerados despesa extraorçamentária do exercício em que tiverem sido apresentados para pagamento.
- (C) deverão ser pagos em percentual fixo da receita corrente líquida nunca inferior à média observada nos últimos 10 (dez) anos anteriores à entrada em vigor dessa Lei.
- (D) poderão ser negociados em bolsa de valores mediante concessão de deságio nunca superior a 30% do seu valor de face.
- (E) são considerados receitas vinculadas dos Tribunais de Justiça Estaduais, devendo ser utilizados exclusivamente para a manutenção das suas atividades forenses.

